

FH busca “virada” contra descrença

■ Governo articula volta dos Mendonça e de Lara Resende, aguarda reação do mercado e vê câmbio centralizado como último recurso

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – O governo ainda não sabe se e quando poderá “virar o jogo” contra a descrença produzida nos primeiros dias do regime de livre flutuação da taxa de câmbio – que deram lugar a intervenções esporádicas e imprevisíveis do Banco Central. Também não decidiu o que fará caso, não melhore as expectativas esta semana – mais exatamente a partir de amanhã, já que, com o feriado paulistano de hoje, o mercado financeiro praticamente não funciona. Nesse clima de incertezas e compasso de espera, ganha força apenas uma convicção: é preciso trazer de volta para o governo os colaboradores que pediram demissão, em novembro passado, por causa do caso do “grampo” nos telefones do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

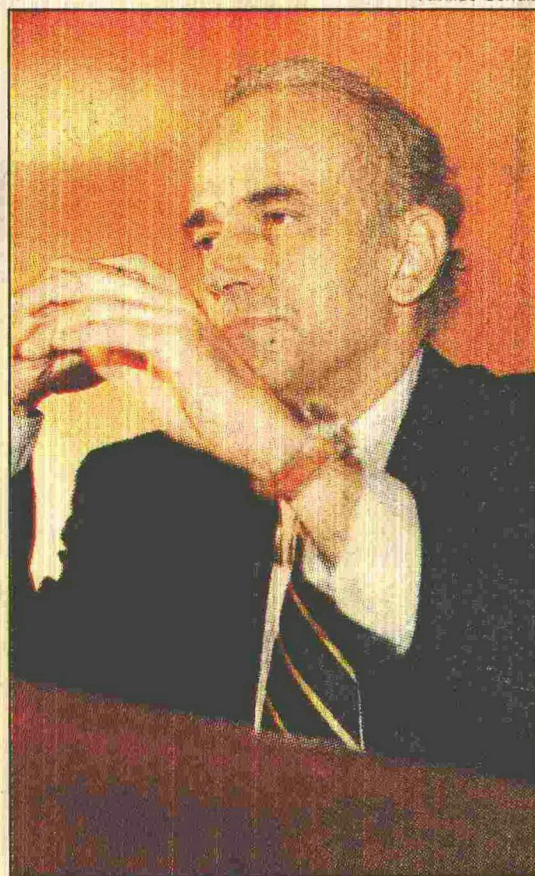
Não há um plano econômico “abecedário” pronto para ser lançado, assegura uma fonte governamental. “Nem plano B nem C ou Z”, negaram também, no fim de semana, os secretários do ministério da Fazenda, Pedro Parente e Amaury Bier. Mas há o desejo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Volta por cima – Em algum momento das próximas semanas, o presidente deverá trazer de volta ao governo o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o ex-presidente do BNDES, André Lara Resende e José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex). José Roberto, aliás, tem vindo a Brasília nos últimos dias e esteve recentemente com o presidente da República no palácio do Planalto.

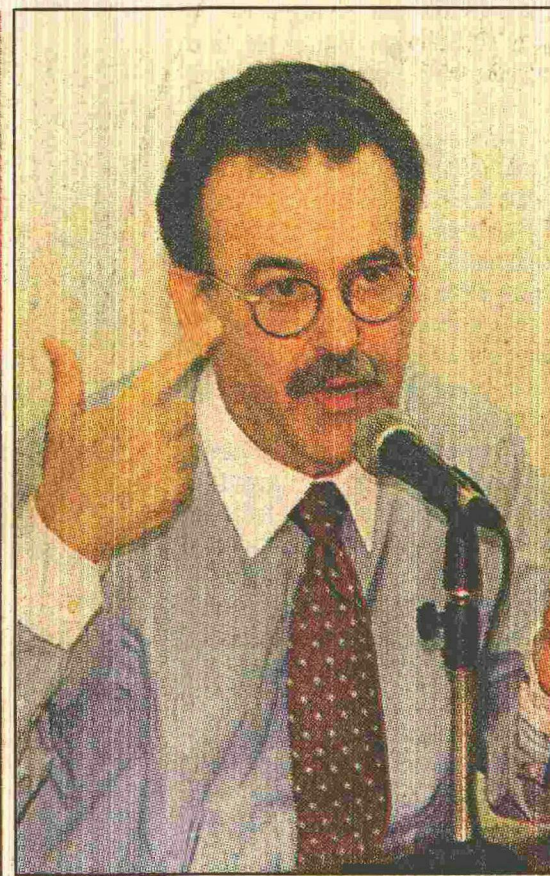
“O ‘grampo’ custou caro demais ao país”, reconhecem hoje ministros e políticos do PSDB. Mesmo alguns aliados de outros partidos começam a admitir isso. Não é novidade para ninguém que Luiz Carlos, Lara Resende e José Roberto estavam mon-



Josemar Gonçalves



Arnildo Schulz



Armando Favaro

Luiz Carlos Mendonça de Barros, Lara Resende e José Roberto Mendonça: volta do grupo, que tem o apoio de Serra, está sendo articulada

tando um novo programa de governo para o segundo mandato. E que nunca deixaram de ser interlocutores do presidente da República.

Serra – Faz parte desse núcleo o ministro da Saúde, José Serra, que não escondeu um segundo sequer sua opinião sobre o modelo de programa econômico sustentado na sobrevalorização do real frente ao dólar e na abertura da economia. Para Serra, aquela política ia levar o país à bancarrota.

O grupo pensou em fazer a transição de política econômica do primeiro para o segundo mandato de FH de forma mais gradual. Chegaram a prever a necessidade de uma centralização cambial nos momentos mais agudos da crise pós-moratória da Rússia, entre setembro e outubro do ano passado. Mudaram de ideia, até porque a

centralização cambial no BC era considerada por eles mesmos uma medida extrema e péssima. E a substituíram pela busca de uma bolada de bilhões de dólares no exterior, seguida da mudança do regime para livre flutuação, tendo em mãos o pacote de US\$ 41,5 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Imaginava-se, nessa ocasião, que a cotação do dólar frente ao real não superasse R\$ 1,55 e que isso simplesmente dobraria as exportações de vários setores, gerando uma inflação de 5% a 6% no ano. Não foi tranquilo assim, talvez por causa da forma e do momento em que a mudança, drástica, foi feita.

Espera – Agora, com poucos auxiliares no comando da política econômica e com esses poucos já sob grande desgaste, Fernando Henrique

espera para ver o que vai acontecer ao longo desta semana. Hoje, e todos estão dando graças a Deus, é feriado em São Paulo e o mercado, portanto, estará calmo. Mas o grupo que saiu do governo por causa do “grampo” e Serra, que hoje tem a autoridade de quem alertou para o processo de falência do balanço de pagamentos que estava por vir, não está desativado. Ao contrário, pode retornar a qualquer momento.

O que assessores do presidente da República insistem é que, se voltarem, isso não significa necessariamente a demissão de Pedro Malan. “Malan já estava com ideias muito próximas das que eles defendiam (os irmãos Mendonça de Barros e Lara Resende) e ficou muito aborrecido quando todos saíram”, diz uma fonte próxima ao presidente.

“Faremos o que for necessário fazer”, insistem os economistas do ministério da Fazenda. Mas o que é necessário, efetivamente, ainda está em questão.

Centralização – Malan e o presidente do BC, Francisco Lopes, são absolutamente contrários à centralização cambial. A rigor, isso significaria uma moratória da dívida externa, já que, tendo todos os dólares e os pagamentos ao exterior centralizados no BC e esses sendo inferiores ao que o país deve lá fora, os credores ficariam sem receber. De janeiro a março, os pagamentos por conta de juros e amortização da dívida externa somam cerca de US\$ 15 bilhões. O país tem reservas para honrá-los, mas e depois? Não entrando mais dólares por conta de uma centralização, como ficaria?

Uma centralização cambial não vem sozinha. Se, por ventura, essa for a saída – e não há nenhuma clareza sobre isso – a medida teria que ser acompanhada de forte restrição às importações e algum monitoramento de preços, para que isso não se desencana em uma verdadeira espiral inflacionária. É uma brutal volta ao passado e só vale quando não há mais absolutamente nada a fazer.

Busca – “Estamos buscando o que fazer. Tem gente que acha que não devemos fazer nada para não aumentar ainda mais o clima de incertezas. Outros acham que os juros devem cair e outros, que devem subir”, observa uma fonte do ministério da Fazenda. O mais provável é que seja redobrado o chamado “esforço fiscal”. O pacote fiscal de R\$ 28 bilhões – dos quais R\$ 21 bilhões já estão garantidos pelas votações no Congresso, segundo a contabilidade de um assessor do Palácio do Planalto – mostra-se insuficiente para assegurar a meta de queda do déficit nominal para este ano, acertada com o FMI. A própria desvalorização do real e o aumento dos juros aumentam o déficit e vão, portanto, comer parte desse dinheiro.

“Temos que ver que tipo de intervenção poderá ser feita no mercado de câmbio. Centralização cambial não será feita porque, além de ser ineficiente, gera muita corrupção”, garante uma fonte oficial. O que não haverá, até porque não existe em nenhuma país do mundo, é um modelo puro de livre flutuação. Em qualquer alternativa que se desenhe para o futuro imediato, haverá intervenção do BC comprando ou vendendo moeda americana no mercado. Na sexta-feira da semana que passou, o Banco do Brasil operou a mando do BC abastecendo o mercado de câmbio com dólares. Para esta semana o governo está definindo como operará em caso de alta volatilidade.